

## OPINIÃO

## A crise das finanças estaduais

ROBERTO B. CALAZANS

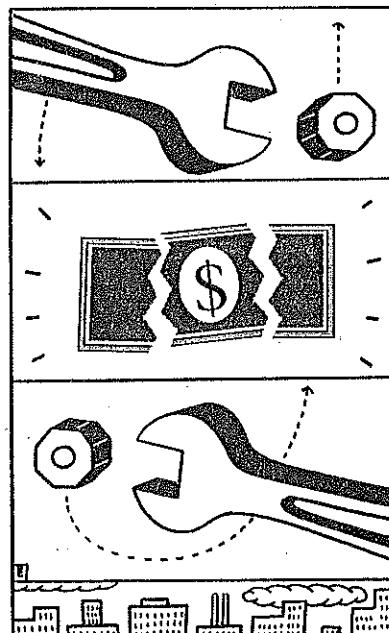


Existe certo consenso de que a resolução da chamada crise das finanças estaduais passa por medidas de impacto na área fiscal e de controle dos gastos de pessoal e aposentadorias precoces. De 1964 até 1993, somente em oito ocasiões tivemos resultados operacionais positivos na Administração

Direta do Rio Grande do Sul, o que indica o quanto é antiga e estrutural a referida crise.

É fato que as receitas próprias estaduais, principalmente tributárias, são insuficientes para fazer frente ao crescimento das despesas operacionais, principalmente pessoal. Como os gastos operacionais (8,2% do Produto Interno Bruto — PIB), nos anos 80, superam a receita própria (7,7% do PIB), fica evidente a dificuldade de serem obtidos resultados operacionais positivos. Somente em anos de forte controle das despesas públicas ocorreram superávits operacionais, marcadamente nos períodos 1987-89 e 1991-93.

Na realidade, o desequilíbrio operacional deve-se, pois, à incapacidade da Administração Direta de gerar poupança corrente. As necessidades de financiamento se ampliaram no decorrer dos anos 80, marcados pelo declínio real das receitas tributárias e pelo crescimento dos gastos com pessoal — estes últimos usados de maneira indiscriminada em determinados períodos. As tentativas de equacionamento dos desequilíbrios orçamentários adotam, preferencialmente, o ajustamento pelo lado da despesa,



comprimindo o valor real das despesas de manutenção e pessoal. Senão vejamos:

Na década de 80, os picos de receita tributária, mais especificamente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), aconteceram muito mais por influência dos planos econômicos (planos Cruzado, Verão e Collor) do que por uma política fiscal mais consistente que eliminasse os mecanismos perversos que induzem à queda da receita tributária, tais como o efeito Tanzi e as isenções fiscais.

A elevação da alíquota do ICMS (de 17% para 18%) e a redução de seus prazos de recolhimento foram ações emergenciais, com o objetivo de atenuar os efeitos da queda real desse imposto. Pelo lado da

despesa, a execução orçamentária guiou-se pelo critério caixa, comprimindo os gastos públicos em termos reais para acomodar o peso crescente do serviço da dívida. Assim, o ajustamento das contas públicas acaba se processando através da flutuação dos gastos com pessoal. Na fase de ajustamento de pessoal, gera-se a fonte de recursos necessários para manter o fluxo de pagamento do serviço da dívida e do investimento.

No decorrer dos anos 90, inaugurou-se nova fase de equilíbrio operacional obtido nitidamente através do controle da despesa de custeio. Em 1991-93, foram significativos os percentuais de superávit operacional. A persistência desse superávit abre caminho para a continuidade do processo de ajustamento global das contas estaduais.

Os próximos passos exigirão a reinvenção das políticas públicas, buscando dinamizar as fontes de receita, modernizando e ampliando a produtividade da máquina fazendária. Quanto à alocação de recursos, há que se recravar controles econômicos e físicos do gasto público, racionalizando-o e fundindo as ações de planejamento e de execução fazendária dentro de uma típica secretaria de economia. Devem ser estabelecidas políticas salariais (vinculada à receita) e de emprego transparentes, criando maior compromisso entre servidores e o governo.

Uma eventual reforma do Estado não pode deixar de conter o crescimento dos salários reais nos poderes Legislativo e Judiciário, as incorporações de funções gratificadas e as aposentadorias precoces. Também é necessário enxugar e equilibrar as empresas estatais, buscando a parceria com a iniciativa privada.

Economista, Chefe do Departamento de Economia da Unisinos, mestre em Economia pela UFRGS

## PALAVRAS



*"Quantas marchas teriam que fazer no Brasil?"*

CARLOS MENEM  
Presidente da Argentina, ao comentar a marcha de protesto contra o governo e lembrar que o salário mínimo dos brasileiros é três vezes inferior ao pago em seu país.

□ "O nosso parque industrial não está sucateado." Itamar Franco, presidente da República, em resposta à declaração de seu colega argentino, Carlos Menem.

□ "Não adianta prender o dono do supermercado e deixar o estabelecimento aberto, roubando." Henrique Haragreaves, ministro-chefe da Casa Civil, defendendo a interdição das empresas que abusaram nos preços.

□ "Houve quem interpretasse liberdade de preços como arbitrio para fazer o que bem entendesse." Rubens Ricupero, ministro da Fazenda, sobre as remarcas.

□ "A chegada do real não é uma bala na agulha, mas uma tarefa do cotidiano." Pedro Malan, presidente do Banco Central.

□ "Se há especuladores sonhando, vamos atrás deles." Osiris Lopes Filho, secretário da Receita Federal, ao anunciar que vai investigar a situação fiscal dos remarcadores.

□ "Foi por medo e insegurança." Dagoberto Lima Godoy, presidente da Fiergs, sobre os aumentos preventivos de preços antes da chegada do real.

## INDICADORES

## IR/POUPANÇA

VENC.	POUPANÇA REND (%)	TAXA REFERENCIAL VALIDADE	ÍNDICE (%) DEZ 04/02/94	FATOR DE ATUAL DESDE 04/02/94
05/07	42,78	De 05/06 a 05/07	42,07	—
06/07	43,24	De 06/06 a 06/07	42,53	—
07/07	41,11	De 07/06 a 07/07	40,41	—
08/07	39,01	De 08/06 a 08/07	38,31	—
09/07	36,90	De 09/06 a 09/07	36,22	—
10/07	34,40	De 10/06 a 10/07	33,73	—
11/07	31,93	De 11/06 a 11/07	31,27	—

(\*) Inclui o taxa diária até o véspera do dia indicado na tabela

## DÓLAR

DIÁ/MÊS	COMERCIAL		PARALELO		ÁGIO (%)
	COMPRA	VENDA	COMPRA	VENDA	
29/06	2.698,46	2.700,00	2.670,00	2.700,00	—
30/06	2.612,50	2.750,00	2.550,00	2.700,00	-1,85
04/07	0,945	0,950	0,85	0,95	—
05/07	0,91	0,92	0,85	0,93	+1,08
06/07	0,905	0,912	0,85	0,93	+1,97
07/07	0,909	0,911	0,85	0,93	+2,08
08/07	0,922	0,924	0,90	0,93	+0,64

Fonte: Banco Central - Dólar - 10/07/94

## SALÁRIO MÍNIMO

MESES/ANOS	R\$	DIA	VALOR (CR\$)	VARIAÇÃO
Março	64,79	25/06	2.596,58	1,94%
Abri	64,79	26/06	2.596,58	—
Maio	64,79	27/06	2.596,58	—
Junho	64,79	28/06	2.647,03	1,94%
Julho	64,79	29/06	2.698,46	1,94%
		30/06	2.750,00	1,90%

## PREÇO

ANO MÊS	IRSM	INPC IDPE	IPC FIPE	IPC DIEESE	IPCA IBGE	IPCA-M TGV	IPC FGV	IPC IEPE SINDUSCON	CUB/RS
JUL	29,26	31,01	30,89	30,31	30,72	31,25	31,96	31,77	30,52
AGO	32,22	33,34	33,97	35,05	32,96	31,79	33,53	33,52	29,74
SET	35,17	35,63	34,12	35,70	35,69	35,28	36,99	33,75	29,42
OUT	34,92	34,12	35,23	34,61	33,92	35,04	35,14	32,88	42,79
NOV	34,89	36,00	35,84	36,83	35,56	36,15	36,96	36,40	34,94
DEZ	37,35	37,73	38,52	36,75	36,84	38,32	36,20	38,65	29,87
JAN	40,25	41,32	40,30	46,48	41,31	39,07	42,20	41,62	36,88
FEV	39,67	40,57	38,19	40,10	40,27	40,78	42,41	39,93	57,74
MAR	46,77	43,08	41,94	45,50	42,75	45,71	44,83	42,59	50,12
ABR	40,44	42,86	46,22	48,26	42,68	40,91	42,46	46,00	41,28
MÁI	42,75	42,73	45,10	45,38	44,03	42,58	40,95	47,30	45,35
JUN	43,88	48,24	50,75	—	47,48	45,21	—	—	51,07
NO ANO	361,01	759,14	700,17	543,59	757,26	732,26	699,80	507,67	908,53
12 MESES	3.443,15	5.018,05	5.167,34	4.885,73	4.922,46	4.89,80	4.584,80	4.475,86	5.423,27

Obs.: Os percentuais do CUB são válidos para o mês seguinte.

**A Casa das Moedas**

**FINANTUR**  
Câmbio e Turismo

Em POA:  
Av. Salgado Filho, 183/Piso: 228-9055  
Av. Sete de Setembro, 1000 - Centro  
En N. Hamburgo:  
Av. N. Hamburgo, 1000 - Centro